

BOLETIM DO NÚCLEO  
CULTURAL DA HORTA



COLÓQUIO  
“MARK TWAIN – UM VIAJANTE INOCENTE?  
NO CENTENÁRIO DO ESCRITOR”  
ACTAS

*COLLOQUIUM*  
*“MARK TWAIN – AN INNOCENT TRAVELLER?  
IN THE CENTENARY OF HIS DEATH*  
*PROCEEDINGS*



## LITERATURA DE VIAGENS: QUANDO NÓS SOMOS *O OUTRO* \*

MARIA DO CÉU FRAGA

A passagem de Mark Twain pela cidade da Horta, ocorrida em 1867 e agora recordada a pretexto de celebrar o centenário da morte do escritor, preenche algumas páginas do seu primeiro livro, *The Innocents Abroad*, que recolhe as impressões de viagem à Europa e Terra Santa.

Na natureza voluntariamente caricatural e humorística da pintura com que o viajante procura na velha Europa motivos que prendam o seu leitor e tornem indiscutíveis os méritos do novo mundo, o relato dessa breve estadia no Faial dos passageiros do vapor Quaker City não deixa de despertar sentimentos antagónicos ao leitor açoriano. É que a curiosidade de se ver retratado pela pena de um escritor famoso, ao tempo cronista de um periódico de S. Francisco, logo cede lugar à ideia de ter sido por ele maltratado e à recusa de se reconhecer na caricatura aviltante que as páginas consagradas ao Faial e aos Açores traçam e que surgia ainda sublinhada pelos quadrinhos que, bem ao sabor da época, ilustravam a narrativa de Twain na sua edição americana.

Esquece o leitor que a vontade de fazer sorrir, ou até rir, não se limita aos episódios registados no Faial, antes percorre todo o livro<sup>1</sup>, tornando-se o sarcasmo no processo garantido para o conseguir; e esquece até que, sendo certo que os ilhéus, e os portugueses em geral, não são poupados na caracterização que Twain deles faz, tão pouco é abonatório o retrato dos restantes povos visitados. Aliás, mesmo nos episódios passados no Faial, os próprios viajantes, Blucher em particular, são expostos ao caricato de situações ridículas em que uma apregoada superioridade intelectual e civilizacional nada vale.

---

\* Comunicação apresentada ao colóquio *Mark Twain – Um viajante inocente? No Centenário da morte do escritor*, realizado na cidade da Horta no dia 22 de Outubro de 2010, organizado pelo Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, FLAD-Fundação Luso-Americana e Núcleo Cultural da Horta.

<sup>1</sup> Omitimos aqui que em subtítulo Twain acrescenta *or the new pilgrim's progress*. A alusão à caminhada alegoricamente imaginada por John Bunyan é evidente, como é também evidente a intenção satírica que anima o contraste entre a memória de uma tradição estabelecida e as circunstâncias da viagem narrada (*The New Pilgrim's Progress*, de Bunyan, foi publicado em 1678, e conquistou de imediato lugar de relevo na literatura religiosa inglesa).

A verdade é que, se Mark Twain faz afirmações e juízos que não poderiam deixar de ser sentidos como insultuosos por gente honrada, também esta gente honrada das ilhas não está habituada, dentro da sua tradição cultural, a ser, não o observador, mas sim o observado, *o outro*, aquele sobre quem incidem a observação, a curiosidade e os comentários do viajante. Ou, dito de outra forma, não estamos habituados a não sermos nós o termo conhecido da comparação entre os mundos postos em confronto pela viagem. E o peso que tem a literatura de viagens na nossa tradição literária e cultural aumenta no leitor português o desconforto provocado pela mudança do ponto de observação e pela consequente alteração de horizontes.

Com efeito, uma das áreas mais fascinantes da literatura portuguesa é, sem dúvida, o peso cultural que nela toma um conjunto de textos habitualmente designados por literatura de viagens. Para aquilatarmos a força com que se nos impõe e o significado que assume, teremos de fazer uma incursão por searas que à primeira vista poderão parecer distantes ou até alheias – mas que fazem parte da resposta com que pretendemos explicar este desconforto que a narrativa de Mark Twain nos causa.

De uma maneira geral, sob a designação “literatura de viagens” englobamos obras formalmente muito diversas. As estantes das livrarias, que constituem um bom ponto para aferirmos as nossas referências, atribuem o rótulo a cartas, romances, poemas, relatos ficcionais ou não, crônicas, peças dramáticas até. No fundo, exigimos dessas obras apenas que o seu centro seja ocupado por uma viagem, isto é, que o seu sentido se construa à volta da deslocação no espaço, quer ela seja narrada com pormenor, quer constitua apenas um pretexto para a divagação do autor, embrenhado em considerações de vária natureza. A partir daqui, abrimo-nos aos inumeráveis sentidos que a viagem, por conotação, pode ganhar e somos até levados a fundir a experiência do espaço e do tempo, e a procurar ganhar o tempo através da viagem no espaço.

Longe de se confinar aos estudos literários, a expressão “literatura de viagens” tem também emprego importante no campo da historiografia, mas aqui com uma acepção bem diferente, mesmo se engloba algumas categorias que a história e a crítica literárias consideram também. Várias tipologias têm sido propostas (por exemplo, por Luís Filipe Barreto ou por Luís de Albuquerque) para a classificação dos textos que um historiador inclui nesta categoria, em que “literatura” é tomada no sentido etimológico de texto escrito. Assim, um historiador considerará “literatura de viagens” livros de marinaria, livros de armação, tratados técnicos sobre construção náutica ou técnicas militares e navais, cartografia, isto é, livros de interesse técnico-prático, que à crítica e à

história literária só subsidiariamente poderão interessar. Já numa área em que o uso consciente da língua e o apuro retórico da exposição e de trechos narrativos ou descritivos se fazem sentir, alguns diários de bordo e roteiros atraem também um público que neles não procura apenas a informação factual.

Essa busca de informação e de reconstituição histórica também pode ser alimentada por crônicas, biografias, e epístolas. No entanto, se muitos destes textos constituem simples relatórios, outros oferecem-se à fruição estética, literária. Veja-se a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, ou lembre-se uma passagem em que o Padre António Vieira, narrando em 1653 uma missão ao longo do rio Tocantins, acaba por contar ao Provincial do Brasil a vida das tartarugas nas águas do rio e os processos utilizados pelos índios para as pescar.

E, falando de uma época em que as letras abrangiam um leque mais aberto do que o actual, compreende-se que se possa defender o interesse literário dalguns, como sejam o *Colóquio dos Simples e Drogas da Índia* de Garcia de Orta, por exemplo. O livro de Garcia de Orta apresenta ainda o interesse de contar, entre os poemas que o introduzem, como era habitual na época, uma ode de Camões, mas a verdade é que o seu valor literário lhe advém do próprio texto, pelo movimento do diálogo que permite, com elegância, expor argumentos e ilustrá-los, na defesa de uma perspectiva que se vê alicerçada no confronto de vozes.

Finalmente, e embora colocando muitas vezes a questão das fronteiras entre o literário e o paraliterário, o interesse humano dos relatos de naufrágios e da desventura de tantos homens do mar, torna peças importantes na história literária portuguesa essas narrativas publicadas inicialmente como folhetos de cordel e reunidas, já no século XVIII, na *História Trágico-Marítima*.

Em abono da verdade, diga-se que nem sempre os estudos literários resistiram a assenhorar-se de alguns textos que se poderão considerar propriamente documentos históricos, textos que se revestem de um interesse imenso para a história e que marcam a cultura nacional e até ocidental, mas que não constituem com exactidão textos literários. E sem entrar agora em especulação sobre o que possa ser a essência do literário, lembro que, quando, em meados do século XIX, se institui em Portugal o estudo da literatura no ensino superior e no liceal, o suporte que o apoiava era a história literária, a tentativa de ordenar os autores e as obras segundo um fio cronológico que lhes desse sentido. Como a História geral, e muitas vezes na sua dependência, a história da literatura adopta no século XIX uma perspectiva nacionalista; por conseguinte, mesmo se, com muito mais frequência do que habitualmente

supomos, não encerra o seu horizonte nas obras da literatura portuguesa e adopta uma atitude de comparação, o seu objectivo é claramente definir os contornos da “alma nacional”, do “génio português”.

Num esforço que se poderá dizer extemporâneo e instigado por outros países europeus que então descobriam a unidade política e procuravam legitimá-la culturalmente, a história literária em Portugal estudava manifestações que poderiam expressar essa alma, procurando traços que indicassem a sua ancestralidade e a sua constância. Por um lado, o domínio de uma atitude lírica na compreensão do mundo e da vida, combinado com uma incontrolável propensão para a sátira, sobressai entre esses traços apontados como sendo característicos da identidade nacional. Por outro, tematicamente, a presença do mar e da viagem é incessante desde os tempos medievos, sublinhando na literatura a sua capacidade de captar e expressar os traços vitais de um povo. Na construção da história literária nacional, de imediato se tornaram centro de atenção o século XVI e a literatura proporcionada pelas viagens de descobrimento e expansão, em que a história e a fantasia poética mostram a grandiosidade e o sofrimento de uma nação. Nesse sentido, e atendendo à originalidade que nela há, a literatura de viagens foi tomada também como traço peculiar da cultura portuguesa.

A viagem pressupõe o abandono do conhecido. No caso português, mesmo se é certo que houve grandes e importantíssimas viagens pelos caminhos da Europa, da África e da Ásia no dealbar do Renascimento, foram as viagens marítimas que obrigaram a um constante reequacionar do mundo e deram a Portugal a sua feição moderna.

Já vem de Horácio, pelo menos, a condenação da viagem marítima: foi ele a dar expressão ao tópico que amaldiçoa o homem que primeiro pôs um lenho no mar e nele se aventurou; pertence-lhe também, por contraste, o louvor da vida tranquila e sedentária dos lavradores, junto da natureza e da terra que compensa o trabalho e acolhe como mãe. O Velho do Restelo, n’*Os Lusíadas*, recupera estes lugares-comuns, quando exclama, perante a partida iminente da armada, num discurso em que ecoam tanto a experiência como a cultura humanista:

Oh! Maldito o primeiro que no mundo,  
Nas ondas vela pôs em seco lenho!  
Dino da eterna pena do Profundo,  
se é justa a justa Lei que sigo e tenho!

(*Os Lusíadas*, IV, 102)



Se a terra pode oferecer confiança, o mar é sinónimo de aventura, como aliás explica Jung através da formulação e confronto de arquétipos. Por oposição à terra que se oferece ao trabalho do camponês ou do lavrador, o mar do comerciante ou do navegante é incerto e, insondável, esconde perigos insuspeitados. Não é o elemento natural do homem.

Os medos e lendas que povoam os lugares desconhecidos impõem temor. Os marinheiros portugueses avançaram por etapas ao longo da costa africana, e, dobrado um cabo, imediatamente a imaginação popular transferia para o cabo seguinte os monstros que não encontrara. Todavia, um dos textos mais significativos da literatura portuguesa de viagens é a Carta de Pero Vaz de Caminha, que não fala de monstros, nem conta desgraças. Caminha, que segue para o Brasil na armada de Pedro Álvares Cabral, decide escrever ao rei a contar as suas impressões, ordenando-as num relato que toma a forma de um diário. Logo no início, afasta a hipótese de vir a dar os pormenores técnicos que outros estão encarregados de transmitir; e, assim, a sua carta torna-se documento pelo valor humano que encerra, documento de quem vê uma terra nova e desconhecida, de que aparentemente nada espera. No final, vê-se que tem um pedido pessoal a fazer ao rei, o que talvez tenha sido a motivação para a escrita, mas esse facto não se torna significativo.

O desembarque, as terras novas, os contactos com os índios são contados com algum pormenor pictórico, e também com a consciência de se estar perante outra gente. Contrariamente a relatos contemporâneos, nacionais e estrangeiros (estou a pensar na Carta de Colombo aos reis Católicos, por exemplo), e mesmo se vê na população um campo de conversão fértil, Caminha não tece juízos acerca da superioridade ou inferioridade dos portugueses ou dos índios, apenas anota pormenores diferentes, no intuito de explicar que é *assim mesmo* que acontece. Mais ainda, tem também consciência de que, para o índio, ele próprio é “o outro”. Nisso é ajudado pelo facto de não haver possibilidade de comunicação verbal, ao contrário do que acontecia nas terras de África e do Oriente, em que era possível encontrar tradutores. E, por isso, sabe que a interpretação dada aos acenos dos índios é falível: quando um índio depois de ver ouro aponta para terra, como a dizer que lá havia mais, comenta “ou nos pareceu isso a nós, porque assim desejávamos”...

Por essa época, a viagem é um tema que apaixona os portugueses. Nem poderia deixar de assim ser, uma vez que grande parte da população está, directa ou indirectamente, relacionada com a actividade de expansão marítima. Muitas obras que, no seu conjunto, não podem ser consideradas com proprie-

dade literatura de viagens não fogem ao apelo da viagem. Mesmo os pastores das novelas bucólicas, ora voluntária, ora involuntariamente, abandonam os seus rebanhos e a estabilidade dos seus abrigos, para se virem a contar entre os viajantes dos séculos XVI e XVII (basta lembrar o título *Pastor Peregrino*, de Francisco Rodrigues Lobo). Nisso, seguem hábitos do próprio género literário, que se compreendem se pensarmos que, além de ser um tema que se presta a congregar as mais variadas emoções, a viagem permite unificar tecnicamente uma narrativa e, em simultâneo, albergar episódios de natureza muito diversa. A riqueza de muitas obras provem exactamente do leque de personagens e situações que o carácter variado, mas ao mesmo tempo sequencial, da viagem permite agregar.

Entre essas obras, conta-se, naturalmente, *Os Lusíadas*. Camões escolheu como eixo da sua narrativa (que não como objectivo) a viagem de Vasco da Gama, por imitação de outras epopeias clássicas, decerto, mas também por estar ciente da sua importância histórica. Ou seja, reuniu a motivação cultural e literária com processos técnicos que lhe permitiam narrar episódios de natureza muito variada e apresentar numerosos intervenientes, unificando o seu significado pela continuidade do fio que o desenrolar da viagem proporcionava. E, indo ao encontro das expectativas do leitor de livros de viagens, conta os perigos do mar, descreve fenómenos como o fogo de santelmo ou a tromba de água, conta cenas da vida a bordo, mostra o heroísmo dos nautas movidos pelo amor ao rei e à pátria, usa os termos técnicos correctos que dão autenticidade à observação (mesmo quando essa observação é, em parte, modelada e condicionada pelos olhos de outros). Naturalmente, estas passagens subordinam-se ao tom épico da obra, que é, aliás, engrandecido pelo carácter científico de algumas explicações que mostram a universalidade do saber e das letras, detentoras nessa época de um alcance enciclopédico entretanto perdido.

Convém no entanto, relembrar que *Os Lusíadas* não são, à partida e no seu conjunto, literatura de viagens, mesmo se é inegável que há traços coloridos pela experiência de viagem do próprio Camões; na sua obra, essa classificação pode caber a alguns dos poemas líricos, epístolas poéticas em particular. Bem diferente deste tom, encontra-se, pela mesma época, um livro de que os estudos literários tomaram também posse, procurando deslindar, com auxílio da história e da teorização literária, onde começam e acabam a verdade e a versosimilhança, a fantasia e a reconstituição involuntariamente inexacta. Assim, a história da literatura do século XIX e XX procurou ver em

Fernão Mendes Pinto um exemplo típico do Português, do “coitado de mim” que se desembaraça das dificuldades da vida, por vezes sem grandes escrúpulos, mas com a manha típica dos pequenos. Fernão Mendes Pinto, consciente de ser o *homo viator* que a devoção cristã encontra em cada homem neste mundo, tece algumas considerações sobre si e sobre o livro ao dedicar a *Peregrinação* aos seus filhos. Nessas páginas iniciais, caracteriza a obra como relato de uma vida atribulada, e esclarece que deixa os seus escritos como herança e memória exemplar, enquanto agradece a Deus tê-lo livrado sempre com vida dos muitos perigos em que esteve envolvido.

O mesmo sentimento percorre as narrativas de naufrágio que constituem uma das facetas mais originais da literatura portuguesa (Giulia Lancini dirá mesmo europeia). Recordadas por um sobrevivente, as peripécias dramáticas destes relatos obedecem a uma estrutura que acompanha a aventura desde a preparação da armada, para logo dar conta da vida a bordo até ao momento em que se desencadeia a tempestade e subsequente naufrágio; seguem-se ora o salvamento por outras embarcações, corsários muitas vezes, ora o chegar a terra e iniciar uma longa peregrinação em que os perigos e temores abundam, e em que não faltam aspectos trágicos (assim por exemplo, numa das relações mais conhecidas, a do naufrágio do Galeão S. João, com a história trágica de Sousa Sepúlveda, que caberá ao Adamastor profetizar n’*Os Lusíadas*).

Perante este panorama de livros, compreende-se que a história literária dos séculos XIX e XX valorizasse, na caracterização de um povo de navegantes e descobridores, a literatura de viagens dos séculos XVI e XVII. Ao lirismo que dominava a Idade Média, podia agora acrescentar a acção, o carácter de um povo que roubou o mar aos monstros que o povoavam, o que era tanto mais importante quando se procurava caracterizar a índole do povo e mostrar a grandiosidade da sua história. Por isso também, como dizia no início, a história e os estudos literários, perseguindo objectivos comuns, fazerem incidir a sua análise nos mesmos textos.

Se o Renascimento português foi atraído pelo relato da viagem em si, pelo elemento estranho que desafiava a sua capacidade de resposta e explicação, já o século XVII entende a viagem de modo diferente. Ganha uma nova amplitude o impulso que levava humanistas e artistas do Renascimento a visitar as ruínas da Antiguidade e contactar com os mestres, e, despida de mistério e de simbolismo, a viagem representa agora o contacto com outros povos e outras formas de actuar e pensar, a experiência que enriquece e torna o homem culto e capaz de decidir. Da mesma maneira que, por imitação dos

Antigos, o século XVI peninsular exigia ao conselheiro dos reis que aliasse as armas e as letras, o Padre António Vieira dirá à corte em termos que espelham bem esta nova concepção: “Se vós não vistes mais o mar do que no Tejo; se não vistes o mundo mais que no mapa; se não vistes a guerra mais que nos panos de Tunes; como vos arrojais ao governo da guerra, do mar, do mundo? (Sermão da Terceira Domingo da Quaresma, pregado em 1655).

A partir do século XVIII, a literatura portuguesa de viagens segue o caminho dos restantes povos europeus. Expedições científicas, viagens de recreio ou negócios, viagens com objectivos culturais ou políticos dão lugar à partilha de experiências com um público que viaja através das imagens do mundo percorrido por escritores. A par delas, a viagem imaginada.

Mas sobretudo, vai verificar-se nova mudança de perspectiva na correlação que se estabelece entre o observador e o exterior. Com efeito, se na literatura de viagens dos séculos XVI e XVII o foco incidia sobre a terra da viagem ou sobre a viagem propriamente dita, a partir do romantismo é o viajante que passa a ser o foco de interesse. O leitor vai procurar não apenas os lugares que recupera a partir da descrição impessoal dos lugares, mas vai também interessar-se pela reacção do viajante e pelas impressões suscitadas pela terra que visita, pelo seu agrado ou desagrado.

Nos finais do século XIX e no século XX, a viagem faz-se para propiciar o reencontro consigo mesmo. O sentido da viagem alterou-se, passa a ser agora peregrinação interior, a caminhada que se faz à procura do conhecimento de si próprio. Mas são tempos que já excedem cronologicamente a vida de Marc Twain e a sua passagem pelos Açores, e, por outro lado, não carregam consigo o peso que os séculos anteriores têm na constituição da tradição da literatura de viagens entre nós e na nossa própria identidade cultural.

Sabemos que a nossa leitura de uma obra literária responde ao horizonte de expectativas que criamos quando a contextualizamos. É muito raro, a partir da idade escolar, lermos ingenuamente um livro (ia a dizer: é muito difícil *embarcarmos inocentemente*, ingenuamente, num livro). A nossa leitura, a nossa antipatia ou simpatia, passa muitas vezes pelo choque do livro com essas expectativas. Por isso me pareceu útil pensarmos no horizonte que se nos abre quando apomos o rótulo “literatura de viagens” a um livro como o de Mark Twain.

Através desta breve passagem pela literatura de viagens portuguesa, pretendi realçar que é justificada a constituição de um *corpus* relativo aos séculos XVI e XVII e a caracterização desse núcleo; mesmo se descontarmos a orientação

histórica e ideológica que presidiu à sua recollecção, há traços de unidade que pensamos serem suficientemente fortes para, por uma vez, não acompanharmos os ventos da moda literária apenas por serem sinal de actualidade e, portanto, para não considerarmos que se podem aplicar imediata e retro-activamente critérios de análise e estudo da literatura de viagens actuais, ou como se, entre nós, ela se tivesse constituído apenas a partir do século XVIII. Aliás, esse núcleo dos séculos XVI e XVII constitui a parte mais original do conjunto. Neste ponto exacto, como acontece aliás no século XV, a literatura peninsular tem traços que a distinguem da restante Europa, e ganhamos se estabelecermos a comparação entre a literatura portuguesa e a castelhana.

Ao mesmo tempo, vemos que há na cultura portuguesa uma tradição forte de literatura de viagens. Uma tradição em que nos habituámos a enfrentar o desconhecido, o outro, e a com ele confrontarmos o nosso eu, o conhecido, por definição (sobretudo por definição...)

A partir do século XVIII, os Açores tornaram-se uma terra que passou a atrair também os viajantes, ou continuou a vê-los arribar na sequência de tempestades (qualquer que seja o sentido que dermos a tempestade). Alguns dedicaram às ilhas páginas ou livros. Mas fizeram-no já numa época em que a literatura de viagens não correspondia às características, intrínsecas ou epocais, que caracterizavam a nossa tradição.

A grande tradição da literatura de viagens portuguesa habituara-nos a sermos nós o observador, o sujeito activo. Mesmo nos nossos dias, esta tradição mantém-se. Nemésio escreveu o *Corsário da Ilhas*, ao jeito de crónicas e memórias. O tom lírico da recordação com que observou a sua terra não impede algumas observações irónicas, ou até por vezes desfavoráveis acerca do que vê; simplesmente, Nemésio não era um estranho, ele era, ele também, nós, era como se um de nós se redescobrisse, e, por conseguinte, a simpatia mantém-se mesmo quando o tom é de crítica.

Já quando lemos as páginas de Mark Twain, a nossa reacção de leitores açorianos é diferente. Quando lemos essas páginas em que fala do Faial, de nós, talvez a nossa reacção passe por, inesperadamente, termos de deixar de nos ver como nós para passarmos a ser os outros, se quisermos que se produza o distanciamento que convida ao riso. Mas nada obriga quem lê a aceitar os convites e a cumplicidade do autor, mesmo quando ele se diz inocente...

